



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DE ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE

TÍTULO DO PROJETO - Divulgação das Práticas Integrativas e Complementares (Homeopatia e Acupuntura) para os profissionais das Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) em Juiz de Fora

NOME DO ALUNO – Adiana Moreira de Oliveira

NOME DO PROFESSOR (ORIENTADOR)- Mário Círio Nogueira

1) Introdução

A busca por tratamentos que utilizam Práticas Integrativas e Complementares (PIC) atualmente tem tido um aumento significativo, pois a sociedade vem recuperando conhecimentos de outras culturas (PARANAGUÁ et al, 2009).

A instituição no SUS em 2006 da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), ainda completará uma década, mas está em constante crescimento, pois muitos gestores demonstram interesse em receber orientação e em implantar estes serviços no âmbito municipal (CÂNDIDO, 2012).

A Organização Mundial de Saúde (OMS), através do Programa de Medicina Tradicional vem estimulando há vários anos o uso das Práticas Integrativas e Complementares (PIC) por seus países membros. As ações da OMS culminaram na elaboração de um documento normativo visando fortalecer políticas para o uso racional e integrado das terapias não ortodoxas nos sistemas nacionais de atenção à saúde, bem como ao desenvolvimento de estudos para verificar eficácia, segurança e qualidade das PIC em saúde. Estas práticas constituem o modelo ocidental e também pode ser designada, de acordo com a tradição de cada local, como “medicina tradicional” em países como a África, América Latina e do Sul, Leste Asiático e Ocidente Pacífico, ou como “medicina complementar alternativa” na Europa, América do Norte e Austrália. O que é definido como convencional varia de país para país e muda de tempos em tempos. O limite entre a medicina



convencional e complementar não é bem definido, como exemplo, a acupuntura é uma terapia tradicional Chinesa, mas muitos países europeus a definem como terapia complementar e alternativa, visto que a mesma não faz parte de sua tradição em cuidados de saúde. Tanto a população em geral quanto a classe médica brasileira, costumam adotar as formas de tratamento médicos não convencionais segundo a denominação “Medicina Alternativa”. Porém, esta não seria a denominação mais adequada, pois sugere a ideia de alternância e nem sempre as terapias convencionais são substituídas, mas, sim, complementares entre si (FONTANELLA et al, 2007).

Já o termo medicina complementar pode ser confundido com a nomenclatura de exames auxiliares ao diagnóstico médico, denominados “exames complementares”. Assim, alguns profissionais de saúde preferem o termo “Medicina Integrativa”. No projeto será utilizado o termo “Práticas Integrativas e Complementares” dando ênfase aos tratamentos de Homeopatia e Acupuntura (FONTANELLA et al, 2007).

Por parte da sociedade brasileira, também houve uma crescente legitimação da abordagem terapêutica baseada no sistema holístico. Um reflexo desse processo foi o aumento da demanda pela efetiva incorporação das PICs ao Sistema Único de Saúde (SUS). Em maio de 2006, o Ministério da Saúde publicou na Portaria 971 as diretrizes e responsabilidades para implantação e implementação das ações e serviços relativos às PICs em âmbito nacional. Esta portaria incentiva as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a readequarem seus planos, programas, projetos e atividades, tendo em vista a inclusão da medicina tradicional chinesa-acupuntura, homeopatia, plantas medicinais e fitoterapia, termalismo- crenoterapia e medicina antroposófica nos serviços oferecidos à população (FONTANELLA et al, 2007).

Em Minas Gerais, a Política Estadual de Práticas Integrativas e Complementares foi regulamentada pela resolução N°1885 da Secretaria Estadual de Saúde de Minas Gerais (SES- MG) e pela deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais (CIB-SUS/MG) N° 532 em 27 de maio de 2009 (ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2014).



Em Juiz de Fora, o serviço de homeopatia está ativo desde 1995, quando o secretário de saúde na época solicitou ao Departamento de Homeopatia da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (DHSMCJF), que elaborassem um projeto que possibilitasse a implantação da homeopatia no SUS, quando foi criado um acordo de cooperação entre a secretaria municipal de saúde e o departamento (DHSMCJF). Em 2002, foi implantada além da homeopatia, a fitoterapia e mais tarde a acupuntura.

Devido à experiência que adquirir como assistente social do Departamento de Práticas Integrativas e Complementares da Prefeitura de Juiz de Fora, percebi que existe desconhecimento por parte da população e de muitos profissionais que atuam nas unidades de atenção primária à saúde, da existência deste serviço tão importante para a saúde dos usuários.

A meu ver, as PIC aos poucos pode ganhar espaço no SUS, por meio de atividades de divulgação e qualificação dos profissionais, mas ainda existe um longo caminho a percorrer, para que haja de fato apoio e interesse dos gestores para a possibilidade de o Sistema, oferecer atendimento sobre a perspectiva das PIC. Sendo assim, ainda com pouca visibilidade no SUS, as PIC podem ser consideradas,

O futuro da Atenção Primária se pensarmos no desafio dos gastos com saúde, abrindo possibilidade de reduzir o consumo de medicamentos e contribuir para uma maior participação da sociedade no SUS (ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, 2014, p.6).

A minha percepção da falta de conhecimento das PIC existentes em Juiz de Fora, adveio porque em muitos locais da própria rede de saúde a qual eu fazia contatos e também pela fala dos usuários que buscavam o tratamento pela primeira vez, nas reuniões de acolhimento, muitos relatavam que não sabiam da existência do DPIC e da oferta pelo SUS, dos tratamentos de Homeopatia e Acupuntura.

Se a população tivesse então, maior conhecimento destes tratamentos, isso geraria um impacto para o município no sentido de ser um tratamento de baixo custo para população, uma vez que a medicação homeopática é mais barata do que a medicação alopática. Com isso acredito que se a população comesse a utilizar mais das PIC como, por exemplo, os tratamentos oferecidos no município de Juiz de Fora (homeopatia e acupuntura) isso reduziria as filas de esperas nas UAP'S, além



de ser um tratamento considerado satisfatório para muitos usuários, pois não possuem efeitos colaterais.

De acordo com Marques et al. (2011, p. 671)

Ainda faltam divulgação e programas sociais que busquem apresentar ao público, principalmente aos profissionais de saúde – em especial aos de medicina –, os benefícios que tais terapias podem trazer para a vida dos pacientes.

Em primeiro lugar, isto ocorre pela falta de conhecimento dos gestores da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e em segundo lugar, causa estranhamento o processo de implantação das PIC, no que diz respeito à falta de articulação e/ou diálogo com as gestões municipal, estadual e federal.

Outros fatores que também podem ser consideradas, causas desse problema:

- Falta de prioridade do governo em investimentos na área das PIC.
- Despreparo dos gestores, responsáveis pelo gerenciamento das unidades de saúde, para administrarem o serviço junto com outro modelo, que não o biomédico.
- Falta de conhecimento científico entre os profissionais de saúde, principalmente com formação superior, para lidar com essas questões na prática.
- Grande influência biomédica no contexto de formação e atuação profissional, mantendo a visão inclusive, por parte de alguns alunos, que acredita que a utilização dessas práticas não garante “status” para a profissão.
- Pouca inserção das PIC nos cursos de graduação, de um modo geral, o uso de práticas naturais no cuidado é eventual, não existindo uma sistematização dessas práticas no ensino. Geralmente, a sua introdução como experiência de ensino-aprendizagem acontece de forma a atender individualmente os interesses específicos de docentes estudiosos de tais práticas, e não a um projeto político profissional.

Temas relacionados à divulgação e conhecimento das PIC é objeto de estudo de vários autores que concordam que a falta de divulgação das PIC gera problemas para a aceitação e conhecimento dessas práticas entre os profissionais de saúde.

Conforme Barreto e Vieira (2015, p. 196)

A classe médica apresentou aumento do interesse pelo tema, entretanto o desconhecimento sobre essas práticas é significativo entre esses



profissionais, o que requer mudanças na sua formação acadêmica, para que haja maior adesão à PNPIC.

Portanto, a divulgação das PIC para a comunidade local tem sido bastante restrita impedindo que as pessoas as conheçam e utilizem. As PIC para a promoção da saúde não têm ocupado o papel que deveriam e/ou poderiam dentro do SUS. O fato da Agenda de Compromissos pela Saúde não contemplar a PNPIC, torna mais difícil a sua implantação (ISCHKANIAN; PELICIONI, 2012).

Pode se considerar então, que para o sucesso desta ação, além da questão política, o profissional de saúde tem papel fundamental neste processo, através do seu conhecimento sobre o tema, por sua vez, relevante para compreender, aceitar e acreditar no processo de inserção das PIC no SUS.

Com a qualificação dos profissionais, o apoio político ao nível nacional com as Políticas já implantadas, a adesão dos gestores locais e a participação/aceitação da comunidade isso poderá trazer como resultado, a possibilidade da melhoria da qualidade de vida da população.

2) Justificativa

Este projeto originou-se da minha experiência como assistente social no Departamento de Práticas Integrativas e Complementares (DPIC), onde são oferecidos os tratamentos de homeopatia e acupuntura pelo SUS. Esse projeto é necessário e importante, pois há desconhecimento por parte da população e de muitos profissionais de saúde da existência desse serviço no município.

Através deste projeto, busco então, promover a divulgação das Práticas Integrativas e Complementares existentes em Juiz de Fora (Homeopatia e Acupuntura) a todos os profissionais de saúde de Unidades de Atenção Primária.

O desconhecimento das PIC por parte dos profissionais de saúde tem como principal consequência a não implantação de fato, da Política Nacional e Estadual de Práticas Integrativas e Complementares, dificultando o acesso da população a essas práticas.

Penso que a adoção das práticas integrativas no âmbito da atenção primária, exige da equipe de saúde, capacitação para o conhecimento dessas práticas e preparo



para compreender, apoiar e respeitar as particularidades de cada indivíduo, proporcionando uma relação humanizada, baseada na visão holística de atendimento ao ser humano.

Portanto, meu projeto tem como objetivo capacitar todos os profissionais de saúde para levar conhecimento sobre estes tratamentos, tentando desmistificar o preconceito que existe por parte daqueles que desconhecem estas práticas e mostrar os inúmeros benefícios à saúde da população.

Por tudo isso, o desenvolvimento deste projeto é relevante, visto que as práticas integrativas estão regulamentadas nas ações de promoção à saúde, sendo um direito garantido pelos princípios da equidade e integralidade e oportuno por poder subsidiar ações de educação permanente para os profissionais que desejam atuar nesse modelo de assistência inserido no âmbito da saúde em Juiz de Fora, além de ser considerado um tratamento de baixo custo e com poucos efeitos colaterais a saúde da população.

3) Objetivo Geral

Promover a divulgação das Práticas Integrativas e Complementares existentes em Juiz de Fora (Homeopatia e Acupuntura) a todos os profissionais de saúde das UAPS:

4) Objetivos Específicos

1. Capacitar a todos os profissionais de saúde para que sejam divulgadores destas práticas para os usuários.
2. Informar sobre os benefícios das PIC para a saúde dos usuários.

5) Metodologia/Detalhamento do projeto



- Apresentar o projeto ao coordenador do Departamento de Práticas Integrativas e Complementares de Juiz de Fora (SUS/PJF) e ao gerente da Unidade de Atenção Primária a Saúde;
- Agendar reunião com os envolvidos na realização da capacitação dos profissionais de saúde (assistente social, enfermeiros, médicos e farmacêuticos do Departamento de Práticas Integrativas e Complementares).
- Elaborar panfletos informativos sobre o tema para distribuição no dia dos encontros aos participantes da capacitação.
- Organizar as Rodas de Conversa com os profissionais de saúde em encontros com os mesmos nas UAPS, que serão realizados como descrito a seguir:
 - I. 1º encontro – Roda de Conversa tendo como mediador um médico homeopata para falar sobre o tratamento de homeopatia para os profissionais de saúde.
 - II. 2º encontro – Roda de Conversa tendo como mediador um médico acupunturista para falar sobre o tratamento de acupuntura para os profissionais de saúde.
 - III. 3º encontro – Roda de Conversa tendo como mediadores um farmacêutico para falar sobre a medicação homeopata e uma enfermeira e/ou assistente social para falar sobre o fluxo para marcação de consultas em casos de encaminhamentos.
- Elaborar questionário de avaliação para aplicar com os agentes comunitários de saúde ao final dos encontros para avaliar o grau de satisfação e aprendizado do público alvo.

6) Resultados Esperados

- Maior busca por parte da população dos tratamentos de homeopatia e acupuntura.
- Profissionais de saúde engajados em divulgar para a população as PIC

existentes em Juiz de Fora.

- Maior atenção e investimentos dos gestores municipais nas PIC.

7) Cronograma

Cronograma de Execução							
Item	Atividade	Período					
		1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês
01	Apresentação do projeto	X					
02	Reunião com participantes		X				
03	Elaboração dos panfletos informativos.		X	X			
04	Organização da capacitação dos profissionais de saúde.			X			
05	1º encontro – Roda de Conversa com o médico homeopata.				X		
06	2º encontro – Roda de Conversa com o médico acupunturista.					X	
07	3º encontro – Roda de Conversa com os profissionais de enfermagem, farmacêutico e/ou assistente social.						X
08	Aplicação dos questionários de				X	X	X

	avaliação.					
--	------------	--	--	--	--	--

8) Orçamento

ORÇAMENTO			CUSTO	
ITENS	ESPECIFICAÇÕES	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
1	Papel Chamex A4 Office 210x297mm Pacote com 500 Folhas(Elaboração dos panfletos, avaliações e bloco de anotações)	02	R\$ 14,00	R\$ 28,00
	Xérox dos panfletos e avaliações	200	R\$ 0,20	40,00
3	Caneta esferográfica azul. (Cx 50unid.)	01	R\$ 30,00	R\$ 30,00
4	Computador e Impressora da instituição para fazer o panfleto (gasto mensal com energia em Kwh18, 6)	02	R\$ 10,23	R\$ 20,46
5	Médicos Homeopata e Acupunturista. Hora trabalhada/mês	02	R\$ 104,55	R\$ 209,10
6	Enfermeiro, Farmacêutico e assistente social. Hora trabalhada/mês.	03	R\$ 85,10	R\$ 255,30
7	Aluguel de um Projetor+ tela para utilização nos três dias de encontro	03 dias	R\$ 200,00	R\$600,00
8	Aluguel de um notebook para utilização nos três dias do encontro	03 dias	R\$ 120,00	R\$360,00
9	Passagens para os três dias de encontros para os profissionais que irão ministrar a capacitação	03 dias	R\$25,00	R\$ 75,00



	TOTAL		R\$1.617,86
--	-------	--	-------------

O projeto conta com o apoio da Secretaria Municipal de Saúde de Juiz de Fora, que financiará as ações deste projeto que serão executadas pelo Departamento de Práticas Integrativas e Complementares- DPIC.

9) Referências

BARRETO, Benilson Beloti; VIEIRA, Rita de Cássia Padula Alves. Percepção dos profissionais de saúde sobre a inserção da fitoterapia na atenção primária à saúde. **Revista de APS**, Juiz de Fora, v. 18, n 2, p. 191-198. abr./jun. 2015.

CÂNDIDO, Marília Raupp. **Diagnóstico Situacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS na Região Do Extremo Sul De Santa Catarina**. 2012. 17f. (Trabalho de Conclusão de Curso de Farmácia) Criciúma, Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2012 Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/719/1/Mar%C3%ADlia%20Raupp%20C%C3%A2ndido.pdf>> Data de acesso: 04 dez. 2015.

ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Caderno de práticas integrativas e complementares do SUS/MG: formação de apoiadores, experiências e conceitos**. Belo Horizonte: Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 2014.

FONTANELLA, Fabrício *et al.* Conhecimento, acesso e aceitação das práticas integrativas e complementares em saúde por uma comunidade usuária do Sistema Único de Saúde na cidade de Tubarão/SC. **Arquivos Catarinenses de Medicina**, Santa Catarina, v. 36, n. 2, p.69-74. abr./jun. 2007. Disponível em: < <http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/484.pdf>> Data de acesso: 09 out. 2015.

ISCHKANIAN, Paula Cristina; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Desafios das práticas integrativas e complementares no SUS visando à promoção da saúde. **Rev Bras. Crescimento Desenvol. Hum**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 233-238. Dez. 2012.

MARQUES, Luciene Alves Moreira *et al.* Atenção farmacêutica e práticas integrativas e complementares no sus: conhecimento e aceitação por parte da população São Joanense. **Physis: revista de saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.21, n 2, p. 663-674. abr.2011.

OTANI, Márcia Aparecida Padovan; BARROS, Nelson Filice de. A Medicina Integrativa e a construção de um novo modelo na saúde. **Rev Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v.36, n.95, p.615-623. out. /dez. 2012 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n3/16.pdf> >Data de acesso: 04 de dez. 2015.



PARANAGUÁ, Thatianny Tanferri de Brito *et al.* As práticas integrativas estratégia saúde da família: visão dos agentes comunitários de saúde. **Revista de enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, p.75-0. jan./mar. 2009. Disponível em: <<http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2009/v17n1/a013.pdf>> Data de acesso: 09 de out. 2015.